

DA CONSTRUÇÃO AO DESMANCHE: UMA INTERPRETAÇÃO DA OBRA DE MAGALHAES Á LUZ DA ECONOMIA BRASILEIRA E PARANAENSE DE HOJE¹

Registro dos comentários realizados pelo prof. Dr. Fabio Doria Scatolin na mesa de debate promovido pelo Corecon Pr no Setor de Ciências Sociais Aplicadas-Depto de Economia da UFPR em razão do lançamento do prêmio Paraná de economia Prof. Francisco de Borja Magalhães.

A tese de doutorado “Da construção ao desmanche”, de Francisco de Borja Magalhães, defendida na Universidade de São Paulo (1999), constitui a sua última grande contribuição sobre o desenvolvimento Paranaense. A obra é uma interpretação histórica da construção e desmanche do *Projeto Paranaense de Desenvolvimento* ocorrido entre o final dos anos 50s ao início dos anos 90s, com ênfase na sua dimensão econômica, política e histórica.

O presente comentário busca discutir os argumentos centrais da sua obra, destacando sua relevância e atualidade na discussão dos novos desafios e caminhos que a economia paranaense deve trilhar para superar a armadilha da renda média que se encontra nos dias de hoje.

Ao longo do seu trabalho Prof. Magalhães destacava duas hipóteses centrais e que nortearam sua pesquisa:

-O pedido de liquidação do Banco de Desenvolvimento do Paraná (BADEP) e de outras medidas de redução do papel do Estado no início dos anos 90s do século passado eram parte de

¹ Magalhães Francisco B. Da Construção ao Desmanche. Análise do Projeto de Desenvolvimento do Paraná. Curitiba: IPARDES 2006.

um projeto da elite local de adesão ao neoliberalismo em voga nas economias desenvolvidas. Muito mais uma ação de caráter ideológico do que de necessidades concretas do desenvolvimento local (Magalhaes 1999 pg. 257).

Já um Segundo conjunto de hipóteses sobre o referido desmanche seriam:

- Os interesses de altos escalões do banco comercial estadual (Banestado) ou do próprio governo estadual em fortalecer essa instituição em detrimento do banco de fomento -BADEP;
- A convicção do governador não se sentindo em condições políticas de impedir sua liquidação seria melhor assumi-la como iniciativa sua e;
- Uma forma de alinhamento ao projeto neoliberal de Collor de Melo presidente da república recém eleito a época. (Magalhaes 1999 pg. 258)

Nas palavras do próprio Magalhaes na conclusão da sua tese seu veredicto é claro:

“Chega-se ao final. O Paraná, que se atrasara em relação ao Brasil na adoção do desenvolvimento econômico como objetivo de Estado, será um dos primeiros a abandoná-lo. O exame das hipóteses levantadas ao longo do trabalho, à luz da análise do processo que levou ao desmanche, confirma a suspeita central: a hegemonia mundial do neoliberalismo, com sua ênfase nas virtudes do mercado, no Estado mínimo e na abertura da economia, criou as condições que levaram ao abandono do Projeto Paranaense de Desenvolvimento.”

A formulação sintetiza uma temporalidade desigual do

desenvolvimento paranaense, marcada por adoção tardia e abandono precoce dos instrumentos de ação em prol do *desenvolvimento* do estado como o crédito de longo prazo via banco de fomento (BADEP), e os investimentos em infraestrutura como rodovias, energia e saneamento, criados na era desenvolvimentista paranaense (entre os anos 60 e 80).

Durante as três décadas de desenvolvimentismo, o Paraná passou por uma profunda mudança de sua estrutura produtiva antes baseada no extrativismo da erva mate e madeira e na cafeicultura para uma economia industrial diversificada na região metropolitana (CIC) com um agronegócio dinâmico com diferentes cadeias produtivas competitivas assentadas em um tripé: cooperativismo, empresas nacionais e empresas multinacionais. Mais do que um simples esgotamento econômico, o “desmanche” revelava uma ruptura política e institucional que interrompeu uma estratégia de transformação ainda em curso. O desenvolvimento local, nesse sentido para Magalhães, mostrava-se dependente de sustentação política contínua, sendo estruturalmente vulnerável a mudanças ideológicas (ver especialmente capítulos 3 e 4).

Nesse contexto, o caso paranaense não constituiu uma exceção isolada, mas integrava o início de um processo nacional de reconfiguração da estratégia econômica do Brasil que aderiu ao Consenso de Washington pós estabilização via Plano Real.

Uma estabilização muito bem-sucedida a nível nacional (Plano Real) em 1994 onde um diagnóstico da inflação inercial criava as condições

econômicas e políticas para uma nova fase de desenvolvimento brasileiro e que poderia ter avançado na direção de uma nova mudança estrutural da sua base produtiva na direção de uma maior agregação de valor as atividades existentes e o consequente crescimento da renda percapita da população brasileira. Mas não foi esse caminho o escolhido pelo país e mesmo pelo Paraná.

O que prevaleceu nos últimos 30 anos foi a ênfase em políticas econômicas de curto prazo como a garantia da estabilização e o combate à inflação. Uma visão simplista de que a inflação tinha e tem como única causa o déficit público se esquecendo das lições apreendidas com o próprio Plano Real com seu componente inercial. O Banco Central por sua vez com seu regime de metas de inflação passou a combater a inflação via alta da taxa de juros SELIC.

O desenvolvimentismo como política de estado tinha morrido e a garantia da estabilização passou a ser o objetivo maior da política pública no Brasil e no Paraná. Nas duas esferas de poder o Estado perde seu papel de coordenação e planejamento, dando lugar a uma lógica orientada predominantemente pelo “mercado” em particular pelas grandes empresas em aliança com o capital financeiro. Redução do tamanho do estado, privatizações e concessões passaram ser a orientação da política econômica no Brasil e no Paraná. Aqui com mais ênfases nos governos de Álvaro Dias, Jaime Lerner e Ratinho Junior.

O resultado dessas políticas foi um crescimento medíocre quando comparado com o crescimento de leste asiático que não seguiram tal

orientação neoliberal. As taxas de crescimento do Brasil do início dos anos noventa até 2025 ficaram próximas de 2,4% ao ano, enquanto as do Paraná ficaram próximas a 3% ao ano. Essas taxas de crescimento, no entanto ficaram muito abaixo das alcançadas pelos países do sudeste asiático (médias de 6% a.o) e em particular muito abaixo das alcançadas pela China no mesmo período superiores a 8% ao ano. Essas diferenças no crescimento denotam as diferentes estratégias de desenvolvimento perseguidas desde então. A literatura sobre a armadilha da renda média é clara; Brasil e outros países latino-americanos que adotaram tais políticas neoliberais permaneceram “presos” a uma renda percapita próximo a US\$ 10.000,00.

A crise financeira do Sub prime nos EUA em 2028/2009 e a pandemia no início dos anos 20s evidenciaram uma aprofunda mudança na importância relativa das diversas economias em escala global. Países do sudeste asiático conseguiram via políticas públicas que priorizaram o seu desenvolvimento via complementaridade entre *estado e mercado*, a introdução de inovações e a agregação de valor aos seus produtos em uma estratégia industrial exportadora, superarem o crescimento das demais regiões do globo. Essas economias demonstraram que existem diferentes caminhos para o desenvolvimento e mesmo para a superação da armadilha da renda média; diferentes estratégias ao neoliberalismo proposto e adotado pelo consenso de Washington no Brasil e em especial no Paraná.

O desafio contemporâneo do desenvolvimento econômico em regiões como o Paraná não reside apenas na expansão da produção

e no livre mercado, mas sobretudo na capacidade de elevar a produtividade sistêmica dos diferentes setores e o valor agregado das suas atividades econômicas. Isso se faz com inovações e investimento público e privado. Só assim se poderia obter taxas de crescimento superior as alcançadas no período 90-25. Nesse sentido, a superação de um padrão de crescimento baseado predominantemente na área plantada de commodities e a concentração nas atividades de baixa e média intensidade tecnológica exigem uma nova estratégia de desenvolvimento orientada a integração entre Estado, centros produtores de inovações como Universidades e Institutos de pesquisa como TECPAR e IDR e o Setor produtivo como as cooperativas etc.

A realidade paranaense hoje exige uma nova política econômica voltada à produtividade sistêmica, com foco nos complexos agroindustrial, automotivo e petroquímico, na infraestrutura complementar à base produtiva, e na priorização da educação e saúde; reconhecendo-os como eixos estruturantes da nova economia paranaense.

A premissa central é que o Paraná já dispõe de ativos relevantes — base agroexportadora consolidada, parque industrial relativamente diversificado e um sistema de ciência e tecnologia institucionalizado —, mas que enfrenta limitações na transformação desses ativos em inovação aplicada e em ganhos consistentes de produtividade. Assim, o objetivo da política pública não é de criar novos setores do zero como foi na era do desenvolvimentismo analisada por Magalhães, ou em políticas públicas que insistem em privatizações e no desmanche

do estado, mas em sofisticar as indústrias e as cadeias produtivas existentes, promovendo sua integração tecnológica e territorial. Trata-se de uma mudança qualitativa: sair de uma lógica de crescimento extensivo da agricultura em subsídios ao novos investimentos para uma lógica de intensificação produtiva e inovação.

Em síntese as ações necessárias ao desenvolvimento paranaense na atualidade e os instrumentos a serem utilizados pela política pública são outros em relação a fase desenvolvimentista desenhada e analisada por Magalhães principalmente nos capítulos 3 e 4 de seu trabalho, mas a tese central do prof Magalhães permanece relevante e atual nos dias de hoje.

“Tanto o projeto paranaense quanto o BADEP como seu principal instrumento e símbolo, assentavam se no pressuposto de que cabia ao Estado orientar e fomentar o processo de desenvolvimento econômico qualquer que fosse o estilo desse desenvolvimento”.

Estado aqui entendido como uma aliança de interesses entre as elites políticas do Estado na adesão a um novo projeto de desenvolvimento do Estado na direção da superação da armadilha da renda média prevalecente no estado e mesmo no país. No parágrafo acima, o último parágrafo de sua tese de doutoramento; prof. Magalhães enfatiza o pressuposto para o desenvolvimento do Estado era o da complementariedade entre estado e mercado, tendo o Estado como regulador e indutor desse processo. Hoje mais do que em outro momento de nossa história este pressuposto permanece como verdade.

